

AUTOGESTÃO DO TRABALHO NUM ASSENTAMENTO DO MST¹

Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano²

Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley³

INTRODUÇÃO

Inicialmente, cabe-nos apontar a trilha que seguimos no desenvolvimento deste estudo. A prática do conceito de autogestão como forma alternativa ao modelo burocrático. Assim, o estudo foi desenvolvido em um assentamento de reforma agrária no modelo de Projeto de Desenvolvimento Social (PDS), primeiro assentamento neste modelo criado no Estado do Rio de Janeiro. A prática da autogestão tem sido explorada com diversos trabalhos significativos, abordando o tema sob a ótica da existência de uma configuração empresarial, que muitas vezes tem a seu favor recursos ofertados através de linhas de crédito. Nos moldes como ela é concebida (quase sempre cooperativas) tem como pressuposto atender a duas funções indissolúveis da empresa: a função econômica (que objetiva maximizar o retorno do capital investido) e a função social (que visa a otimizar o bem estar dos agentes que interagem com a

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil.

² Mestre em Administração (Universidade do Grande Rio). <http://lattes.cnpq.br/6755660929232828>. <https://orcid.org/0000-0001-5148-8681>. gilcimardecavalho@gmail.com. Endereço para correspondência: Rua Aquidabã, 561, ap. 107, Méier, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20720-294. Telefone: Não informado.

³ Doutor em Administração (Fundação Getúlio Vargas). Professor Adjunto da Universidade do Grande Rio. <http://lattes.cnpq.br/4325227503327272>. <https://orcid.org/0000-0002-9248-5214>. sergiow.gaz@terra.com.br.

empresa, em especial os trabalhadores e a comunidade onde ela se insere econômica e socialmente).

Nos estudos organizacionais encontramos uma ampla literatura versando acerca da autogestão, no entanto com um viés empresarial, como Dornelles e Dellagnelo (2003) postulam que em sua maioria as organizações que se definem como autogestionárias se apresentam na forma jurídica de cooperativa, sem características de autogestão. As autoras ao abordar a autogestão (que no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder) o fazem a partir de um comparativo entre esta e a racionalidade substantiva (que está associada a ação social com relação a valores) constituindo um arcabouço compatível com a organização (cooperativa) por elas pesquisada.

Seguindo na mesma linha de organizações jurídicas (em sua forma de existir), Rothschild-Whitt (1979) realizou um trabalho comparativo cujo mote foi apontar, as diferenças entre as organizações burocráticas tradicionais e as organizações alternativas ou coletivistas nos Estados Unidos, em um período que predominavam as organizações burocráticas tradicionais. Para a autora a organização coletivista é explicada pela racionalidade substantiva na qual a organização totalmente democratizada, todos gerenciam e todos trabalham. Segundo ela essa pode ser a maneira mais fundamental pela qual o modo coletivista de organização altera as relações sociais de produção, em contrapartida a organização burocrática tradicional potencializa a racionalidade formal devido à centralização do controle no topo da organização, portanto se distanciando da autogestão que preza pelo exercício coletivo do poder.

A partir deste entendimento consideramos este estudo diferente em relação aos que encontramos na literatura. A despeito das pesquisas que contribuem com o conceito da autogestão, consideramos relevante a pesquisa ora apresentada pois, aborda a autogestão sob uma perspectiva que não está alinhada com o modelo de organização estruturada nos moldes de uma cooperativa (enquanto

sua forma jurídica), mas em um contexto em que seus actantes se encontram inseridos em um projeto pioneiro no Estado do Rio de Janeiro. Especificamente nesta pesquisa o foco se encontra na organização do trabalho do agricultor inserido em um contexto coletivo sem qualquer formatação de natureza administrativa, que não detém benefícios como cesta básica, seguro de vida em grupo, convênio médico e etc., além da ausência de qualquer incentivo financeiro para fomento do desenvolvimento do espaço ocupado bem como sua produção, que carece ser mais explorado pelos estudos organizacionais

Dado o objetivo dessa pesquisa de investigar como se organiza o trabalho num assentamento sob a perspectiva da autogestão, foi indicado, pela direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado no distrito de Córrego do Ouro no município de Macaé, na região norte do Estado do Rio de Janeiro. Como dito anteriormente o referido assentamento é o primeiro criado no modelo de Projeto de Desenvolvimento Social (PDS), que se caracteriza pela preservação da mata nativa, fontes de águas e rios existentes no território, como também a impossibilidade de utilização de fertilizantes ou adubos químicos, sendo sua produção agrícola exclusivamente de forma agroecológica. A investigação foi feita com base em observação participante e entrevistas com os assentados(as) que estão inseridos nesse espaço rural.

Analisar a organização do trabalho no campo implica em lidar com processos que envolvem atividades de trabalho como: as tarefas que devem ser realizadas para os trabalhos nos espaços coletivos, quem deverá executá-las, horário para início e encerramento delas, forma de remuneração e como se controlam os processos. Portanto, a decisão foi por conviver com as famílias assentadas, por um período de quinze dias ininterruptos, buscando apreender como eles estabelecem a organização do trabalho coletivo, de acordo com a orientação do MST. O capitalismo moderno encontra-se mergulhado em uma crise estrutural e tenta se reorganizar a fim de retomar seu ciclo de acumulação. Isso repercute de forma

deletéria nas condições de vida e organização da classe trabalhadora, desvelando um cenário político e econômico que tende acarretar o agravamento de questões sociais, além da regressão dos direitos trabalhistas (Mészáros, 2010).

Se por um lado, essa conjuntura socioeconômica concorre para o esvaziamento do campo devido à modernização da agricultura, por outro, abre espaço para fomentar a reforma agrária popular e trazer a lume uma proposta de articular formas de organizar o trabalho no campo. A partir desta conjuntura, o MST propõe o trabalho coletivo e autogestionário em detrimento do modelo heterogestionário: “[...] os assentamentos não são apenas uma unidade de produção, mas acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc [...]” (CONCRAB, 1998, p. 26).

Debater a essência da autogestão pressupõe expressar uma multiplicidade teórica, pois se trata de um conceito em constante disputa. De acordo com Pinheiro e Paula (2016) o conceito da autogestão que surgiu a partir dos pressupostos clássicos da Sociologia, historicamente passou por diversas ressignificações.

Assim, por exemplo, a versão da autogestão que foi influenciada por abordagens das ciências administrativas aponta para uma prática que coloca os fins econômicos em destaque. Apesar da complexidade de se pensar em uma definição genérica para o tema, observa-se que grande parte das aproximações conceituais na literatura trata de associar o conceito de autogestão com manifestações de experiências empíricas baseadas no trabalho coletivo, em formas equitativas de distribuição do capital e das remunerações, bem como em formas organizacionais que contrapõem os modelos econômicos, políticos e sociais de dominação (Pinheiro; Paula, 2016, p. 237).

No contexto nacional a Secretaria Nacional de Economia Solidária, admite que na autogestão as decisões nos empreendimentos são tomadas coletivamente e não concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto, é um padrão organizativo que harmoniza propriedade e controle dos meios de produção aliados à gestão democrática (SENAES, 2015). Em contraponto, na heterogestão organização burocrática, hierarquizada e hegemônica, a lógica se dá a partir do controle pela minoria se impondo sobre a maioria e que reflete o modelo de produção capitalista de divisão de classes, onde as classes dominantes apostam em estratégias para passividade dos sujeitos coletivos (Faria, 2013).

Sendo assim, a organização do trabalho é fundamental para o bom funcionamento das atividades realizadas no assentamento e, para que isso ocorra, faz-se necessário que haja algum tipo de controle sobre sua execução. Dessa maneira, interessa-nos discutir num primeiro momento, como o assentamento controla o processo de organização do trabalho e se, e como, o controle sobre a execução dentro do assentamento encontra-se compatível com os fundamentos autogestionários.

Afora os sujeitos inseridos no objeto de investigação ter na sua maioria, menor nível de escolaridade, ainda assim, nós optamos por reproduzir literalmente suas falas nos fragmentos considerados na análise dos dados, respeitando totalmente a maneira de se expressar daquela população e evitando qualquer interferência no seu modo de comunicação.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se uma revisão teórica acerca da autogestão, sua origem e aplicação. Em seguida abordamos o método de coleta de dados a partir da observação participante, realização de entrevistas e análise dos dados obtidos. A metodologia utilizada na pesquisa consiste na análise de conteúdo baseado em categorias. Na sequência, apresentamos a discussão das categorias com o conceito de autogestão e por fim as considerações finais.

AUTOGESTÃO NO CAMPO

A partir do início dos anos de 1970, novas transformações de ordem social, econômica, política e ideológica ocorreram no mundo do trabalho, tendo como causa a crise estrutural do capital (Mészáros, 2010). Neste contexto, a execução do trabalho no sistema taylorista-fordista de produtividade, já dava sinais de ineficiência na extração da capacidade produtiva do trabalho e seus meios de controle. Doravante encerrado o expansionismo do pós-guerra iniciou-se a desregulamentação dos capitais produtivos, desencadeando uma crise de fortes dimensões, suficiente para desestruturar grande parte dos países do Terceiro Mundo, países pós-capitalistas do Leste Europeu e também alguns países asiáticos (Antunes, 2009).

Como bem observa Antunes (2009, p. 35),

em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, [...] uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados [...], elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico [...]

e a crise estrutural do capitalismo dos anos 1970, somada a intensas transformações de ordem social, econômica, política e ideológica impactaram a classe trabalhadora e foi importante no processo de reestruturação do capital, recuperação da produção e também do trabalho. Esta reestruturação produtiva, em boa medida, afetou o trabalho no campo com a introdução de novas formas de organização dessa atividade, novas práticas de produção com o fomento tecnológico de insumos e maquinário (Antunes, 2009).

De acordo com Eid e Neves (1998), a organização do trabalho é um conjunto de práticas que articula o processo de trabalho e a força de trabalho ao capital e,

portanto, devem ser consideradas as necessidades técnicas e sociais. No entanto, segundo, Thomaz Júnior (2008), de forma paradoxal ao aumento da produtividade do trabalho, ocorreu à retirada de famílias de camponeses, aumento da pobreza e concentração de renda. Desta maneira tais eventos, em certa medida, impulsionaram os trabalhadores rurais a se organizarem e lutarem pelo seu trabalho no campo. Suscitando novas formas de gestão, em particular a autogestão que abrange esferas de cooperação como, economia solidária, trabalho associado entre outros, em que há a necessidade de planejar um projeto social, porém sem privilegiar especialistas como acontece na heterogestão, que reflete o modelo de produção capitalista de divisão de classes (Chiariello, 2012).

Para Faria (2013), toda forma de organização requer um controle, seja uma gestão mais democrática, como autogestão (controle pela maioria), ou mais autoritária, como heterogestão (controle pela minoria se impondo sobre a maioria). Tendo em vista, a coexistência de diferentes formas de organização, do trabalho num assentamento autogestionário de economia solidária, apresentamos a seguir o conceito que embasará a pesquisa.

A palavra autogestão apareceu na língua francesa em meados dos anos 60 do século passado, e é a tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje* (*samo* equivale ao prefixo grego auto e *upravlje* significa algo muito próximo de gestão) (Almeida, 1983). O termo nasce para referenciar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia no período do presidente Tito (1953-1980) em ruptura com o stalinismo (Almeida, 1983).

Neste modelo de gestão, desenvolvido na Iugoslávia, tem como prioridade a participação direta dos trabalhadores no comando da empresa, para além da tipificação de um ideal socialista, notadamente com viés democrático, pode perfeitamente servir como instrumento de aperfeiçoamento do capitalismo, apresentando-se como uma notável alternativa tanto para um socialismo burocrático quanto para um liberalismo incompatível com a atual vida comunitária

(Roubaquim & Quintaes, 1972). A partir da autogestão, a empresa, e mais especificamente no caso do objeto investigado, permite mais autonomia na sua gestão. Além disso, a forma como o MST estrutura a autogestão do assentamento assemelha-se sobremaneira a estrutura organizativa originária na Iugoslávia.

De acordo com Motta (1981) as organizações tradicionais reproduzem os conceitos de hierarquia, divisão do trabalho, disciplina e mando, enquanto que nas organizações autogestionárias a supressão de cargos formais, estruturas hierárquicas e níveis gerenciais propicia a formação de um modo de organização de trabalho que se objeta à distribuição desigual do poder. Para este autor, a autogestão era considerada por Proudhon⁴ como modelo de organização da própria sociedade, ou seja, uma sociedade autogestionária que em nível macro (nação), inutilizaria a existência de políticos e do próprio Estado:

Proudhon nunca empregou o termo autogestão, que é um termo recente; todavia, ele empregou o seu conteúdo, não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma; à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal. [...] A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de 'autonomias de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização (Motta, 1981, p. 168).

Motta (1981) e Mandel (1977), afirmam que a autogestão representa um novo conceito na maneira de organizar a produção, e que por esta ser um processo, necessita de um suporte essencial da educação, “há um claro conteúdo pedagógico, e de uma pedagogia trabalhista, na proposta autogestionária de Proudhon. Se a proposta começa na economia, ela termina na pedagogia, que permitirá ao social tornar-se prática social” (Motta, 1981, p. 190).

⁴ Pierre-Joseph Proudhon foi um filósofo político e econômico francês, foi membro do Parlamento Francês. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo, sendo também o primeiro a se autoproclamar anarquista. Foi ainda em vida chamado de socialista utópico por Marx e seus seguidores, rótulo sobre o qual jamais se reconheceu. Após a revolução de 1848 passou a se denominar federalista.

Chiariello (2012) entende o conceito de autogestão como um guarda-chuva, que abriga sob si categorias de cooperação, como por exemplo, trabalho associado, economia solidária, conselhos de fábrica entre outros, que necessita de planejamento e sugere um viés para práticas democráticas que é corroborado por Faria (2017), para este autor, a autogestão vai além de uma proposta democrática, e mais do que se apropriar dos meios de produção, traz a lume uma proposta de transformar profundamente a economia, a cultura e a política da sociedade. Ele explica que:

A autogestão, em resumo, ultrapassa toda e qualquer proposta democratizante no âmbito da gestão participativa, na medida em que não pretende simplesmente criar grupos de trabalho autônomos ou abolir determinados graus de autoridade nas organizações, mas abolir as estruturas autoritárias da sociedade e das suas organizações. [...] Trata-se de uma mudança radical e revolucionária (qualitativa) do sistema de capital com o objetivo de criar um outro e superior modo de produção e de gestão social (Faria, 2017, p. 634).

Guillerm e Bourdet (1976) argumentam que há uma generalização, até mesmo o uso abusivo do termo autogestão. Assim, observam de maneira comparativa que experiências de gestão organizacional como, por exemplo, participação (há interesse nos lucros, abarca vestígios de heterogestão e portanto não se aproxima da autogestão), co-gestão (além do interesse nos lucros permite ao trabalhador interagir com a organização técnica do trabalho e com a política geral da fábrica), controle operário (identificado como uma intervenção conflituosa geralmente estabelecida por greves resultando em melhorias para os trabalhadores. Está um passo a frente da co-gestão, porém ainda não se caracteriza como tal) e cooperativa (prima pela redução de desperdícios. Tendem a administrar com sucesso lojas, fábricas no ramo industrial e melhorar sobremaneira a condição do trabalhador), em certa medida se mascaram com a prática da autogestão. Todavia, os autores inferem que de forma preceitual não há diferença entre cooperativa e autogestão, porém as dissimilitudes podem ser

percebidas a partir da existência secular das cooperativas sem que elas contestem o capitalismo – estando voltadas, assim como a participação e o controle operário, à economia e produção – ao passo que a autogestão vislumbram suprimir o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado, ou seja, uma transformação radical tanto econômica quanto política e social

Em boa medida, esta transformação também é compartilhada por Motta e Bresser-Pereira (1981), ao discorrerem que a autogestão efetivamente seja instalada como forma de organização do trabalho, em substituição à organização burocrática, hierarquizada e hegemônica (heterogestão), seriam necessárias transformações nas estruturas econômicas, políticas e sociais a ponto de se metamorfosearem em uma grande cooperativa, como forma de emancipação do trabalho e se sobrepor ao Estado.

Esse modelo convencional, heterogestionário (que significa gestão por outros, que não sejam os próprios trabalhadores), se amalgamou na sociedade e está fundamentado nas teorias da administração científica. Diferencia-se da autogestão, que pressupõe a prática de gestão em que os próprios trabalhadores decidem no contexto de suas relações produtivas o que fazer, e que se ampara nos princípios de cooperação, solidariedade, igualdade e democracia (Lins, 2013).

Se por um lado, as formas de trabalho, de produção e reprodução do capital, vêm sofrendo modificações desde o final da década de 1960, decorrentes da busca por mercados globais. Novas tecnologias, substituição do trabalhador, terceirização, concorrem para a perda de direitos conquistados pelos trabalhadores (Faria, 2009), por outro, e na contra mão da globalização, que tende a expulsar o trabalhador do campo, temos a atuação do MST, que entende que a fixação do trabalhador na atividade rural, pode melhorar a economia,

produzindo alimentos e gerando renda para o camponês (Stedile & Fernandes, 1999; Stedile, 2012).

Nesse sentido Cattani (2003), concorda com esta ideia e ao tratar das práticas autogestionárias, observa que a autogestão se consolida como um meio de agir coletivo, no qual os princípios da ação social se constroem a partir da experiência e ideias do grupo. Pensamento que também é respaldado por Gutierrez (1988) e Vazzoler (2004), vai mais além, quando aponta que organizações autogestionárias, concentram majoritariamente trabalhadores rurais “em condições de exercício da posse coletiva dos meios de produção, em que o trabalho do associado é organizado mediante planejamento e normas coletivas autonomamente decididas e os resultados da produção são distribuídos com base na participação do trabalho de cada associado” (Vazzoler, 2004, p. 21).

Autogestão, seria então um padrão organizativo social que não aliena, pois não submete, ela se ampara no argumento da igualdade absoluta de todos os membros, se ampara na liberdade, pois não reprime, que procura cessar com a divisão do trabalho entre planejamento e execução pertencentes ao modo de produção capitalista, que harmoniza propriedade e controle efetivo dos meios de produção aliados à gestão democrática, tal qual Singer (2002) afirma, que as práticas autogestionárias estão relacionadas com as lutas dos trabalhadores e do movimento operário que, desde o século XIX, construíram experiências cooperativistas. Por sua vez Nascimento (2004), apresenta sua contribuição ao debate quando sugere que,

a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista. [...]. Nesta perspectiva, autogestão e socialismo andam sempre de mãos dadas no processo de libertação dos trabalhadores (Nascimento, 2004, s/p).

As organizações autogestionárias tem sua origem na maioria das vezes a partir de empresas falidas, momento que seus trabalhadores, em iminente condição de desemprego, se apropriam das instalações numa tentativa de prosseguir com o negócio e evitar o desemprego. No entanto, o perfil destes trabalhadores não contribui para o desenvolvimento do negócio, tendo em vista serem pessoas sem grande patrimônio pessoal e reduzido grau de instrução que deparam com uma estrutura de capital deficiente e necessidade de capital de giro acima da sua capacidade de financiamento, além disso, há também os conflitos de liderança e a desconfiança (Costa & Frasson, 2005; Tauile, 2002).

Contudo, ao implantar este modelo de gestão é preciso estar atento para não incorrer em alguns equívocos comuns tais como: incentivo a práticas populistas disfarçadas de democráticas; dispensar o conhecimento administrativo; institucionalizar a barganha de benefícios pessoais e corporativos, apenas para citar alguns, que podem fazer com que a experiência autogestionária naufrague. Sendo assim, este modelo só será viável se houver vontade coletiva dos membros envolvidos na produção e não pode ser implantado decreto (Gutierrez, 1988).

Diante de tal discussão é do nosso interesse observar a existência dessa forma de autogestão no assentamento Osvaldo de Oliveira, do MST, considerando que a comunidade ali estabelecida se propõe à aplicação de práticas autogestionárias na organização do trabalho e na gestão do espaço, afim de gerar renda para as famílias que pertencem ao assentamento, bem como, o bem estar e a preservação ambiental do território.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

O primeiro contato com a direção estadual do MST/RJ, para o desenvolvimento desta pesquisa aconteceu em maio de 2018 e ocorreu no local de comercialização de produtos de reforma agrária, conhecido como Espaço Terra

Crioula, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Naquele mesmo lugar, no dia 24 de setembro de 2019, antes de ir para assentamento, pude realizar uma entrevista piloto com um integrante do assentamento Osvaldo de Oliveira e que serviu para que eu pudesse fazer alguns ajustes no roteiro de entrevista que seria aplicado aos assentados(as). Feito isto, no dia 08 de outubro de 2019 parti para o assentamento, onde permaneci convivendo com aquela comunidade até o dia 23 de outubro de 2019.

A pesquisa é qualitativa descritiva, conforme proposto por Gil (2008, p. 28), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno...”. Optou-se por esta abordagem metodológica devido à possibilidade de permitir compreender “experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais”, conforme apresentado por Strauss e Corbin (2008, p. 23).

De acordo com Felipe Fontana (2018) ao fazer uso dessa metodologia, “de maneira geral, observamos [...] a cultura de um dado povo, ou seja, de sua língua, raça, religião, hábitos e, somado a isso, das produções materiais decorrentes de suas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais” (Fontana, 2018, p. 69).

Segundo Thiollent (2009), observação participante ou pesquisa participante, como o autor prefere denominar é uma abordagem, que tem um caráter participativo e possibilita a interação entre o pesquisador e os sujeitos inseridos na situação investigada. Dessa maneira, a abordagem metodológica utilizada também permite a elaboração de diário de campo, para registro das observações do pesquisador no período de imersão no espaço pesquisado.

A despeito dessas observações, elas são abordadas na seção narrativa da observação participante e foram divididas em subseções, cuja discussão é apresentada na análise de dados e estão distribuídas da seguinte forma:

impressões acerca do acesso ao assentamento; impressões acerca do ambiente e das condições de vida; impressões acerca da organização social e impressões acerca das atividades de trabalho. Além dessas observações, a metodologia é complementada com entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com os coordenadores(as) do assentamento e também com os assentados(as), a fim de identificar em seus depoimentos a aplicação da autogestão na organização do trabalho no assentamento investigado.

Método de análise de dados

Como método de análise de dados das entrevistas, foi empregada a análise de conteúdo (AC) baseada em categorias temáticas que Bardin (2016) define como sendo, “um conjunto de técnicas de análise das comunicações [...] das mensagens [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens” (Bardin, 2016, p. 48).

A composição de categorias analíticas, tem por propósito dialogar com a estrutura da organização do trabalho no assentamento, analisando suas especificidades a partir da percepção dos assentados(as). Para esta composição tomamos como exemplo a Tese de Doutorado de Chiariello (2012) na qual fizemos algumas adaptações, posto que esse autor investigou o trabalho nas cooperativas populares e tradicionais, espaços em que existe um modelo de gestão empresarial

Algumas categorias a priori elaboradas por Chiariello (2012) são as seguintes: trajetória da organização do trabalho nas cooperativas; dinâmica dos cargos de gestão e de execução na cooperativa; jornada de trabalho, remuneração e controle do trabalho. Entretanto, elas foram adaptadas de forma a promover o enquadramento com o conceito de autogestão. Assim, chegamos as seguintes categorias temáticas: forma de organizar; forma de executar e forma de remunerar o trabalho, que podem ser observadas no Quadro 1.

A adaptação se justifica pelo fato que nossa pesquisa, se apoia na organização do trabalho gerida pelo coletivo de famílias residentes no assentamento, sem as características de uma cooperativa, ou seja, não há no assentamento investigado nenhuma estrutura empresarial para gestão do espaço, diferente de Chiariello (2012).

Quadro 1

Categorias Temáticas de Análise

| CATEGORIAS CHIARIELLO | NOVAS CATEGORIAS ADAPTADAS | DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS | ASPECTOS OBSERVADOS NAS CATEGORIAS | AUTOR DE SUPORTE PARA AS CATEGORIAS |
|--|---|--------------------------------------|---|--|
| Trajetória da organização do trabalho nas cooperativas; Dinâmica dos cargos de gestão e de execução na cooperativa e Jornada de trabalho, remuneração e controle do trabalho | Forma de organizar; Forma de executar e Forma de remunerar o trabalho | Relacionadas à prática da autogestão | Como é feita a tomada de decisões no assentamento; Como é a distribuição das tarefas entre os participantes da produção coletiva; Qual o critério de remuneração do trabalho nas áreas coletivas e como é feito o controle. | Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) Eid e Neves (1998) Eid e Pimentel (2001) Singer (2002) Vazzoler (2004) Severino (2006) Chiariello (2012) |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os sujeitos de pesquisa

O conjunto de entrevistados foi formado em parte por indicação dos próprios coordenadores do local e em parte por mim, tendo em vista minha observação durante o período que estive no campo. Inicialmente foram selecionadas 19 pessoas para serem entrevistadas, no entanto, este processo foi encerrado com 11 pessoas, como pode ser observado no Quadro 2 apresentado a seguir, tendo em vista que as entrevistas começaram a ficar saturadas, ou seja, já não acrescentavam novos dados e, portanto, não se justificava a inclusão de novos entrevistados.

Quadro 2*Perfil dos Entrevistados*

| Nº | Sexo | Idade | Escolaridade | Tarefa | Tempo em anos no Assentamento |
|-----|------|-------|---------------------------|---------------------|-------------------------------|
| E1 | M | 34 | Tecnólogo em Agroecologia | Coord. Região Lagos | 04 |
| E2 | F | 57 | E. Fundamental | Coord. Região Lagos | 05 |
| E3 | M | 68 | E. Médio | Coord. de Núcleo | 05 |
| E4 | F | 61 | E. Fundamental | Coord. de Núcleo | 09 |
| E5 | F | 47 | E. Fundamental | | 10 |
| E6 | M | 45 | E. Fundamental | | 10 |
| E7 | M | 53 | E. Médio | | 09 |
| E8 | M | 50 | E. Fundamental | | 05 |
| E9 | F | 44 | E. Médio | | 07 |
| E10 | M | 63 | E. Fundamental | | 04 |
| E11 | F | 56 | E. Médio | | 15 |

Fonte: Dados obtidos pelos autores a partir da pesquisa de campo.

Dessas onze entrevistas, oito foram realizadas na sede do assentamento, duas delas no próprio barraco dos entrevistados e a última, foi realizada em uma sala do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (SINDIPETRO/RJ) no centro da cidade do Rio de Janeiro, numa data posterior a minha estadia no assentamento.

ANÁLISE DOS DADOS

Essa seção está dividida em duas subseções. Primeiro apresentamos uma narrativa da observação participante, a partir dos registros feitos acerca das particularidades do acesso ao assentamento, do ambiente e das condições de vida, da organização social e das atividades de trabalho. Em seguida abordamos a análise das categorias temáticas: forma de organizar; forma de executar e forma de remunerar o trabalho, com base no que dizem os entrevistados, procurando conectar a fala desses sujeitos com o conceito de autogestão e como esse conceito se aplica na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST.

Narrativa da observação participante

Procurei retratar minhas observações feitas durante o convívio com os assentados(as) durante os quinze dias que permaneci no assentamento Osvaldo de Oliveira, como participante do dia a dia da comunidade, interagindo e contribuindo diariamente com a realização das atividades como se um deles fosse. As impressões foram registradas em caderno de campo, fotografias e conversas informais com os moradores.

Impressões acerca do acesso ao assentamento

Desde que cheguei, fui muito bem acolhido pela comunidade e pude perceber o interesse dos moradores em saber o motivo da minha presença ali. Por isso, na primeira semana dediquei-me a socialização com a população local, participando das reuniões de núcleos de base que aconteciam todas as manhãs. Assim toda manhã acontecia uma reunião de um grupo (núcleo de base) diferente, conseqüentemente a cada reunião eu também me apresentava e explicava o objetivo da pesquisa que eu estava realizando naquele local.

A receptividade foi tamanha, a ponto de a comunidade me deixar à vontade para também sugerir ou apresentar propostas nas reuniões, e em certas ocasiões me consultavam acerca das decisões tomadas. Entretanto, nem tudo foi tão fácil quanto se desenhava inicialmente. A começar pela falta de estrutura, logo percebi que meus dias no assentamento me exigiriam bastante esforço físico devido ao total desconhecimento prévio do assentamento, pois tinha no meu imaginário que a população estivesse residindo em um modelo de agrovila, o que não se confirmou, uma vez que cada família tem sua moradia no seu próprio “lote”.

Sendo assim, a distribuição espacial do assentamento se constituiu em um cenário que, em boa medida, dificultou a realização da pesquisa devido as distâncias que precisavam ser percorridas, quase sempre a pé, entre o barracão

da resistência, a sede do assentamento e as unidades individuais dos assentados(as). Para se ter ideia da dificuldade, o barracão da resistência fica distante da sede aproximadamente quatro quilômetros. Houve dias que tive que percorrer a pé mais de oito quilômetros. Quando chovia, era a lama na estrada que dificultava a caminhada, quando não, era o sol inclemente que castigava o corpo.

As caminhadas não aconteceram apenas durante o dia, em algumas ocasiões ocorreram durante a noite com o uso de lanterna para iluminar a estrada devido à falta de iluminação pública. Nas poucas vezes que não precisei fazer esses deslocamentos caminhando, a locomoção se deu em carroça, caçamba de caminhão ou *pickup*, motocicleta e bicicleta. Estas distâncias impediram que eu pudesse visitar um número maior de casas e observar a produção individual dos assentados(as).

Outra dificuldade que me deparei foi com o “fuso horário do assentamento”. O dia de trabalho começa bem cedo e a hora de se recolher também, bastante diferente para alguém que está acostumado com a agitação da vida na área urbana. Nas noites passadas no barracão da resistência, praticamente ao relento, me acomodei no meu saco de dormir, colocado sobre uma lona que forrava o chão por causa da umidade do solo, em consequência da chuva que caiu com frequência nos dias que estive no assentamento.

Afora a falta de qualquer proteção a ataques de animais, principalmente cobras e a presença de um lobo que estava atacando a criação de animais de alguns assentados(as). É importante destacar que no território do assentamento existe uma área de mata nativa que não pode ser desmatada e a caça é proibida. Além disso, as atividades de trabalho me exigiram esforços e habilidades com as quais não estava habituado, proporcionando desgaste físico, cansaço e muitas gargalhadas dos assentados(as) a cada tarefa que eu realizava, pois duvidavam que eu pudesse executá-las. Isso aconteceu quando a tarefa era carregar sacas

de feijão que pesavam mais de vinte, trinta ou cinquenta quilos que eu não consegui executar sozinho.

Impressões acerca do ambiente e das condições de vida

Durante a realização da pesquisa de campo, foi possível concluir que o número de famílias que atualmente compõe a comunidade passou de 42 famílias, informação do PNRA (INCRA, 2019), para 63 famílias, conforme informado pela própria comunidade. Sendo a população que compõe o assentamento originária de agricultores que trabalhavam em fazendas da região, moradores de comunidades carentes de Macaé e municípios vizinhos, e pessoas que haviam saído do campo e que vislumbraram no processo de reforma agrária, a oportunidade para retornar as suas origens.

Como dito anteriormente, eu tinha a ideia de que as famílias estivessem morando próximas umas das outras, como uma agrovila, mas a realidade é bem diferente. O INCRA já havia realizado o fracionamento do território e as famílias receberam cada qual uma área individualizada, denominada de Unidade de Produção Agroecológica Familiar (UPAF) que ficam distantes entre si.

O assentamento ainda não dispõe de uma área de lazer, embora sua construção esteja no Plano de Utilização (PU) do território. Como espaço social há a casa da sede, único local em que há energia elétrica e onde acontecem as festas da comunidade, serve também como local de acomodação de estudantes e pesquisadores, além das assembleias.

As moradias, barracos como eles chamam, são construídas de forma bem precária, algumas são feitas com estrutura de bambus cobertos com lonas, enquanto que outras são construídas com estrutura de madeira e cobertas com telhas onduladas de fibrocimento. O tamanho varia de acordo com os recursos que a família dispõe para adquirir o material necessário para construção. Não há

energia elétrica nem água canalizada. A eliminação do esgoto sanitário é feita com o que eles denominam de sumidouro agroecológico, que é uma fossa feita de pneus sobrepostos com cal na base para que este promova a decomposição dos micro-organismos e impeça a contaminação e o impacto ao meio ambiente. A coleta de lixo é realizada quinzenalmente pela prefeitura. Para isso há um local exclusivo para o descarte dos resíduos que não são aproveitados pela comunidade.

A precariedade também é reproduzida no interior da casa, onde o mobiliário também é bastante simples e no piso não há nenhum tipo de acabamento, sendo de terra batida. Estas condições precárias fazem parte de todo o território do assentamento. Em sua maioria os barracos das unidades individuais se encontram inacabados ou construídos provisoriamente com material reutilizado, devido à falta de investimentos públicos ou privados. Com exceção da sede, nenhum outro lugar do assentamento dispõe de energia elétrica. Não há telefone público e também sinal de telefonia móvel, o que dificulta consideravelmente a comunicação, todavia alguns moradores que estão próximos da sede conseguiram puxar uma rede elétrica (gato) para sua UPAF, porém a energia que chega ao barraco não suporta se quer ligar uma geladeira ou mesmo um televisor e a água para consumo é obtida de poços artesianos (cacimbas).

Quanto à questão da saúde, também consta do PU um espaço para construção de uma estrutura capaz de acolher profissionais de saúde para prestação de atendimento básico de saúde, como consultas, prescrição de medicamentos, encaminhamentos para exames e médicos especialistas, porém ela sequer foi iniciada. Para minimizar esse problema, o assentamento dialoga com a secretaria municipal de saúde de Macaé, a elaboração de um calendário para realização de atendimento médico aos moradores na sede do assentamento. Inclusive no dia que cheguei ao assentamento estava acontecendo esse atendimento realizado pela secretaria de saúde.

Quando se trata de alimentação e demais itens de consumo, o que não se pode obter com o plantio e criação própria de animais fica dependente do comércio do distrito de Córrego do Ouro ou mesmo Macaé. Contudo não é muito fácil, pois, não há transporte público para fazer o deslocamento do assentamento até a rodovia onde há circulação de ônibus para o distrito de Córrego do Ouro, ficando à mercê de uma carona ou mesmo de uma considerável caminhada até chegar à estrada.

As estradas, na zona rural comumente são de terra. Na época de chuva o deslocamento fica bastante prejudicado, seja a pé, carro, motocicleta ou mesmo bicicleta, esses dois últimos transportes são os mais comuns, porém a caminhada é predominante. Este é um cenário que dificulta a comercialização da produção, tendo em vista que os agricultores em sua maioria não dispõem de veículo para transportá-la para o distrito mais próximo ou mesmo para a cidade de Macaé.

No PU do assentamento consta o projeto para construção de uma escola do campo, dentro do território do assentamento que também ainda não foi possível sua construção. Para minimizar o impacto causado pela falta de escola no assentamento a secretaria de educação do município disponibiliza transporte, que vai ao assentamento pegar os estudantes e levá-los para a escola e depois os leva de volta. Isso acontece nos períodos da manhã, tarde e noite para atender além das crianças e jovens em idade escolar, também os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Impressões acerca da organização social

A rotina de trabalho, principalmente nas áreas coletivas, onde observa-se uma preocupação do MST com a questão de gênero, uma vez que a coordenação dos núcleos de base é representada sempre em dupla, sendo um homem e uma mulher, começa bem cedo para que se possa aproveitar ao máximo, antes que a temperatura esteja muito elevada. Para a comunidade o trabalho nas áreas

coletivas acaba sendo também uma forma de interação social entre eles, uma vez que as relações estabelecidas nesses encontros vão além da realização das tarefas, isso pode ser percebido nas palavras abaixo:

[...] porque você trabalha, é praticamente quase uma diversão, porque você, além de você tá produzindo, você com a comunidade, você se diverte, brinca com o parceiro de trabalho, com colega de trabalho é mais animado, você trabalha mais a vontade, porque se vê aquela comunidade ali todo mundo no mesmo objetivo [...]. (E7)

Não há na comunidade nenhuma igreja ou qualquer espaço de manifestação religiosa, o que não quer dizer que não existam adeptos a cultos religiosos. Também não há um espaço para lazer da comunidade, isso fica mesmo somente no PU que propõe a construção de uma praça, parque infantil e quadra poliesportiva. Pelo que pude perceber, as festas acontecem na sede. No período inclusive em que lá estive, foi promovida uma festa para as crianças em comemoração ao dia 12 de outubro, dia das crianças, quando foi oferecido cachorro quente, pipoca, refrigerante, milho assado, etc., brincadeiras e distribuição de brinquedos. Momento de confraternização da comunidade e principalmente de muita alegria para os sem terrinha.

Impressões acerca das atividades de trabalho

As atividades de trabalho a serem executadas nas áreas coletivas, são definidas conjuntamente com a comunidade e na maioria das vezes são executadas de forma manual. O trabalho, principalmente na área coletiva, é muito prejudicado pela falta de caminhão ou qualquer veículo próprio para transportar a produção ou mesmo maquinário para que o trabalho seja mecanizado. Em algumas ocasiões, determinadas culturas são plantadas fora de época porque, a comunidade fica na dependência da prefeitura enviar o trator, para arar a terra e

frequentemente acontecem atrasos, impactando no resultado da produção, impedindo que se obtenha maior produtividade, por exemplo, relato a experiência que vivenciei quando estive fazendo essa pesquisa.

No período em que estive no assentamento os assentados(as) já haviam feito à colheita de quase mil e quinhentos quilos de feijão, que ficaram guardados entre lonas por mais de quinze dias no próprio local de plantio, para se proteger da chuva, esperando que a prefeitura enviasse uma máquina para bater o feijão, ou seja, fazer a debulha mecanizada do feijão, o que não aconteceu. Receando perder aquela produção, a comunidade decidiu então fazer o trabalho manualmente, mesmo sendo exaustivo e com uma perda proporcionada pelo método utilizado. Eu, em conjunto com alguns companheiros e companheiras da comunidade, realizamos então esse trabalho que foi executado em dois dias. Após isso, partimos para colher o restante do feijão que já estava no ponto de colheita, felizmente esta segunda porção colhida e maior que a primeira foi debulhada de forma mecanizada, pois a prefeitura enviou o maquinário necessário para execução do trabalho.

O trabalho é cansativo, mas a satisfação de ver o seu resultado, de ter a consciência de que se está contribuindo para alimentar um número sem fim de pessoas, é muito gratificante e principalmente sabendo que se está oferecendo um alimento saudável, um alimento sem agrotóxico, um alimento agroecológico, apesar de faltar por parte da prefeitura mais atenção quanto à limpeza das valas que escoam as águas das chuvas. Quando chega a época das chuvas, boa parte do assentamento fica alagado, o que resulta em muitas perdas de culturas plantadas pelos assentados(as).

Com relação aos valores construídos no trabalho, pude perceber que a população do território é bastante solidária e que talvez seja este o maior mecanismo de socialização. Procuram se ajudar e há muita troca de conhecimento para melhorar a lavoura. Em sua maioria os membros são bem

participativos e não observei nenhum tipo de competição entre eles. Desacordos entre um e outro sempre acontecem, mas tudo é resolvido com diálogo e democracia.

Análise das categorias temáticas

As três categorias de análise temática: “forma de organizar”, “forma de executar” e “forma de remunerar o trabalho”, foram definidas a partir da adaptação da Tese de Chiariello (2012) e são discutidas respectivamente nessa ordem. Essa adaptação faz-se necessária, uma vez que, a investigação desse autor ocorreu em cooperativas populares e tradicionais, espaços onde há o modelo de gestão empresarial. As categorias que laçamos mão estão relacionadas com o conceito da autogestão e tem como propósito observar na gestão do assentamento a presença de aspectos como, por exemplo, “como é feita a tomada de decisões no assentamento”; “como é a distribuição das tarefas entre os participantes da produção coletiva”; “qual o critério de remuneração do trabalho nas áreas coletivas e como é feito o seu controle” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998; Eid & Neves, 1998; Eid & Pimentel, 2001; Singer, 2002; Vazzoler, 2004; Severino, 2006; Chiariello, 2012). Em boa medida estes aspectos estão de acordo com a SENAES (2015), quando afirma que autogestão tem como um de seus princípios, que as decisões em um empreendimento aconteçam de forma coletiva, todos podem opinar e não há individualismos. Assim também definido por Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998), quando diz que se trata da socialização do poder revestindo os trabalhadores com poder deliberativo nas decisões.

Forma de organizar

O assentamento Osvaldo de Oliveira tem como configuração espacial a divisão em duas áreas: áreas individuais e áreas coletivas, sendo esta última de nosso interesse, pois o trabalho a ser realizado nas áreas coletivas é discutido em

reuniões e assembleias, onde são tomadas as decisões quanto às tarefas que precisam ser realizadas, a formação das equipes de trabalho e a distribuição dessas tarefas entre as equipes, que permite a comunidade controle dos meios de produção e resultados exatamente por participarem das decisões, conforme descreve Vazzoler (2004) e também sugerindo que tal modelo se assemelha a definição apresentada por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), sendo possível observar na declaração a seguir como as decisões são tomadas de forma coletiva:

Geralmente acontece dessa forma né, a coordenação vai discutir a necessidade que a gente tem de produzir né, e aí vem uma proposta mais ou menos estruturada de como proceder né, a gente já tem um método da organização de trabalho, que a gente reafirma né nas reuniões de núcleo e nas assembleias e a gente propõe também as formas da gente trabalhá o solo, como é que a gente vai conseguir o maquinário, essas coisas, e a gente leva as propostas pra reunião de núcleo e pra assembleia pra gente ir afinando e aí todo mundo tem o direito de opinar, colocar as suas questões e aí a gente vai tirar as equipes de trabalho [...].
(E1)

Embora exista a figura do coordenador e da coordenadora, esta é considerada apenas como uma tarefa, o que significa dizer que não há nela uma condição de liderança ou de tomador de decisões, que no entendimento de Faria (2017), seria a negação da heterogestão e na cessação da autoridade estruturada na sociedade e nas organizações que é corroborado pela fala do entrevistado:

Nós não temos liderança, liderança somos todos nós [...].
(E4)

O assentamento não é somente um território onde estão reunidas famílias de sem terra, mas vai, além disso, transformando-se também em um espaço de socialização e democracia. Neste espaço as decisões, organização das tarefas e modo de executá-las é aprovada pela comunidade, como pode ser observado no relato a seguir que corrobora o conceito de autogestão definido pela SENAES (2015), conforme vimos no início desta seção, ao afirmar que na autogestão as decisões são tomadas de forma coletiva de maneira a privilegiar o grupo e não o indivíduo:

Elas são definida através das nossas assembleias né, que é o espaço democrático que nós temos dentro do nosso assentamento e que a assembleia delibera né a forma e como nós vamos trabalhar. (E5)

Nestes outros fragmentos também é possível confirmar que a tomada de decisão é coletiva, conforme descrito por Lins (2013) ao afirmar, que a autogestão é uma prática em que os próprios trabalhadores, decidem o que fazer e que se encontra apoiado nos princípios de cooperação, solidariedade, igualdade e democracia:

Tudo na base da assembleia, de reuniões de núcleo entendeu, a gente conversa, senta todos conversa, coloca-se a demanda do que é pra fazer, o que tem pra fazer, tira sempre um grupo pra fazer tal tarefa, outro grupo pra outra tarefa é porque não é sempre uma tarefa só, por exemplo, hoje uma equipe veio pra cá espalhar o feijão, tem uma equipe na cozinha preparando a refeição, outra equipe foi rancá os feijão que tá lá e é sempre assim [...]. (E9)

De maneira geral, os assentados(as) ao serem questionados se, se sentiam como sujeitos diretamente envolvidos na organização do trabalho desenvolvido no assentamento? Foram unanimes em afirmar que estão envolvidos com a

organização do trabalho, pois as decisões são tomadas em reuniões e assembleias:

É hoje na verdade, aqui como a gente é uma comunidade, então cada plantio que a gente faz aqui, é feito uma assembleia e depois ela é discutida o que nós vamo plantá, a maneira de plantar, tem até lua também as vezes, não as vezes é uma lua nova é bom pra plantar o que? Então tudo isso a gente discute em assembleia [...]. (E7)

Podemos perceber no extrato acima que, o ato de tomar decisões em assembleias é uma prática social, que está apoiada na distribuição do poder, que segundo Carvalho (2012), Dornelles e Dallagnelo (2003) é pertinente à autogestão. Embora as decisões sejam tomadas em assembleias, nem sempre toda a comunidade se faz presente e isso traz para o assentamento um problema na comunicação conforme justificado pelo entrevistado:

[...] as veze não é porque querem faltá, as veze é por falta de comunicação. (E11)

Atualmente, o assentamento tem contra si, uma ação de despejo tramitando na justiça e por conta desta situação, organizaram uma forma de se manterem mais unidos, de resistirem e de se precaverem contra atos de depredação ambiental que possam incriminá-los. Assim sendo, improvisaram na entrada do assentamento, o que eles chamam de barracão da resistência e ali realizam todas as manhãs as reuniões de núcleo.

Nessa estrutura construída provisoriamente com bambu, lonas, plásticos e folhagens os integrantes de cada núcleo passam as noites, dormindo no chão forrado com esteiras e lonas.

No período em que estive no assentamento, dormi oito noites no barracão da resistência, três noites na sede do assentamento, três noites na casa de uma família assentada, além da primeira noite passada na casa da resistência em Córrego do Ouro.

As assembleias normalmente acontecem na sede do assentamento, porém estão sendo realizadas no barracão da resistência, tendo em vista a manutenção da mobilização da comunidade, uma vez que a sede está distante aproximadamente quatro quilômetros da entrada do assentamento.

Durante minha estadia no assentamento, o barracão da resistência foi o espaço onde passei praticamente todo o tempo. Em todo período que estive no assentamento participei ativamente das tarefas diárias com os companheiros e companheiras e só não estive no barracão da resistência em dois dias quando estive na casa de uma família assentada e não foi possível retornar para o barracão por causa da chuva. As refeições eram realizadas ali mesmo, feitas em fogão a lenha e com doações de toda a comunidade. As necessidades fisiológicas eram realizadas em banheiros improvisados, próximo ao barracão e para tomar banho o rio São João que corta a entrada do assentamento era a opção.

Como forma de envolver toda a comunidade na resistência, foi estabelecida uma escala de revezamento, de maneira que os sete núcleos que compõe o assentamento, ficassem responsáveis por manter a ocupação do barracão por um período de 24 horas de vigia. Tal escala será aplicada, pelo menos, até o fim do processo judicial. Esta orientação, tanto mantém a comunidade mobilizada quanto coíbe tentativas de invasão ao território pertencente ao assentamento Osvaldo de Oliveira, proporcionando uma aparente sensação de segurança.

Forma de executar

Conforme Faria (2009), a autogestão não se restringe a criar grupos de trabalho, mas a romper com as estruturas autoritárias e nesse sentido, o assentamento procura envolver voluntariamente todos os assentados(as) nas atividades coletivas de produção. Entretanto, podemos observar nos fragmentos a seguir à necessidade de um suporte essencial da educação, ou seja, é preciso um trabalho pedagógico como afirmam Motta (1981) e Mandel (1977), a fim de levar ao indivíduo o conhecimento necessário dos benefícios proporcionados pelo trabalho coletivo.

Por isso, há uma variação no número de assentados(as) participantes na organização e na gestão da produção, a cada novo coletivo de produção. O que não representa a orientação do assentamento, mas refere-se a um processo que vem sendo construído com as famílias:

[...] no trabalho assim, a gente tem uma boa participação assim dos assentados, tem muita flutuação assim do, em cada coletivo que a gente monta tem uma certa flutuação do número de famílias que tá, que tá envolvido naquele, naquele processo né [...] tem mais participação na execução do trabalho do que na organização e na gestão propriamente dito da produção ou da comercialização [...].
(E1)

Esta é uma postura, que foi naturalizada por experiências adquiridas com o passar dos anos a partir, de uma posição individualizada, e que o assentamento procura mudar esse pensamento trazido por alguns membros que dificulta a conscientização da comunidade para se alcançar uma relação de comprometimento com ações coletivas, como pode ser observado nos fragmentos a seguir:

Inclusive nós temos é no Movimento enquanto princípio, a direção coletiva né, então é pra nós né, na nossa atuação enquanto Movimento é importante a gente que seja o mais amplo possível a participação e a construção dos processos né, é o nosso maior desafio é hoje do Movimento na construção dos assentamentos, dos acampamentos é a gente ampliar essa participação é das famílias né. (E1)

[...] assim, a gente vem de uma cultura onde as pessoas estão muito preocupada com o seu desenvolvimento individual né, e aí quando você fala em desenvolver é, a comunidade parece estranho, parece que ele tá esquecendo do seu desenvolvimento individual não consegue ver o todo né [...]. (E3)

Em relação à terceirização, embora a maioria dos entrevistados afirmem que não existe tal prática, até porque ela é contrária a orientação de gestão do assentamento, parte da população mais envelhecida e que vive só, acaba contratando pessoas da própria comunidade para ajudá-los em sua UPAF. Pode ser que a população do assentamento entenda como mão de obra terceirizada aquela que é prestada por indivíduos externos, ou seja, que não são residentes no território, como mostra o seguinte relato:

Algumas famílias, principalmente a companherada que é mais velha, quando tem muito serviço contrata um companheiro ou uma companheira pra um dia de trabalho, mas isso é geralmente é alguém ali de dentro do assentamento mesmo, filho de assentado ali e ai vai trabalha na diária ali junto com a pessoa pra planta ou pra capina. (E1)

No entanto, na atividade que eles tratam como biscate, é possível observar certa contradição na fala de dois assentados, ao mesmo tempo em que um diz que é uma prática incomum (E3), para outro (E2) a prática é comum no assentamento, o que causa certa dubiedade quanto ao que é permitido ao lavrador. Se deve se ater exclusivamente ao cuidado da sua UPAF que lhe foi concedida ou se lhe é permitido também realizar atividades remuneradas fora do assentamento.

Não é um trabalho [...] é uma atividade esporádica [...] informal, não tem não, pouquíssimos talvez, muito pouco assim [...]. (E3)

[...] aqui dentro tem muita gente que tem um biscate né, porque tem necessidade né, têm pessoas que é doente, então o salário que tem que ganha, muitos vivem de bolsa família né e muita das veze num dá pa podê compra o remédio e alimentação, se bem que a gente não paga luz nem água, mas mesmo assim fica puxado, então algumas pessoas sai pa podê fazer um biscate lá fora [...]. (E2)

Quanto à jornada de trabalho, a necessidade da produção, o cuidado com o que já está plantado e as condições climáticas é que irão definir o tempo de trabalho diário, geralmente são sete ou oito horas/dia, além disso, as tarefas necessárias no coletivo são realizadas por todos, não existindo a ideia de fazer rotação ou rodizio dessas atividades entre os participantes do coletivo, como podemos observar nos relatos dos entrevistados (E1) e (E11):

É basicamente é a necessidade né, é se a gente ta com, com uma roça que a gente precisa capiná porque o mato já ta vindo e sufocando a produção e ai a gente tem que trabalhá o dia cheio vai da mais ou menos sete, oito horas de trabalho é no dia né, mas isso é muito flexível porque

durante o trabalho ali, as famílias que tãõ trabalhando que vão decidir quando vai parar, a gente tem estabelecido já um horário de começá né, é então a gente começa todo mundo junto, ai vai trabalhando e ai a gente vai se consultando que horas a gente pará pra tomar o café ai todo mundo para, a gente vai toma o café retoma e ai a gente decide também que horas a gente vai pará pra almoçá que horas a gente vai volta pro, pro trabalho e até que horas a gente vai, mas quando a gente trabalha o dia cheio é mais ou menos oito horas. (E1)

[...] todo mundo faz tudo até aqui entendeu [...]. (E11)

Forma de remunerar

De acordo com Vazzoler (2004), em uma organização autogestionária o trabalho é organizado de forma coletiva e os resultados da produção são distribuídos com base na produção de cada trabalhador. A partir deste entendimento, podemos perceber nos relatos a seguir que o modelo de remuneração utilizado no assentamento dialoga com o ponto de vista de Vazzoler. No entanto, quanto à remuneração do trabalho temos que ter em mente, que o território é dividido em espaços individuais e espaços coletivos, com formas diferentes de remuneração do trabalho entre eles.

Nos espaços individuais, cada família tem liberdade para negociar sua produção como melhor lhe convier e, portanto, definindo assim a melhor maneira de se auto remunerar pelo trabalho desenvolvido. Já nos espaços coletivos, a comunidade adota como forma de remuneração o critério de horas trabalhadas, por considerarem ser um método mais justo Este modelo foi implantado, porque alguns trabalhadores não trabalhavam o mesmo tempo que os outros, e no final acabavam recebendo igual aos demais, assim, decidiu-se em assembleia por

remunerar pela hora trabalhada, conforme destaca os entrevistados (E5) e (E9) abaixo.

[...] o método que a gente tá usando, ele é mais do que justo, porque o que não é justo é eu trabalhar quatro hora e o companheiro trabalhar dez e eu ganha igual ao companheiro, então isso ai tá fora de cogitação [...]. (E5)

[...] isso, então a gente percebeu que tinha parceiro que chegava onze hora do dia, dava duas enxada ia embora e queria receber o dia todo igual os outros, a gente falou não, vamos colocar, passar te um, um banco de horas né, onde a gente vai passar a anotar o nome.... por isso que eu falei, ninguém é obrigado a chegar sete hora, mas ele chega meio dia, mas não tem porque receber o mesmo [...] isso, isso aí a gente passou a fazer dessa forma e eu acho que é a melhor forma. (E9)

Essas horas são anotadas manualmente em um caderno por mais de uma pessoa, normalmente os coordenadores de núcleo responsável pelo dia em que se está trabalhando, mas pode ser qualquer participante do trabalho coletivo desde que tenha sido aprovado em assembleia:

Aí quando a gente vai montar um coletivo, aí na assembleia a gente vê quantas pessoa, tira um homem e uma mulher ou dois homens e duas mulher, quem tiver ali disponível e agente tira uma pessoa pa fazer as anotações de quem tá chegando de quem tá, né qual horário que as pessoa tá chegando e essas mesma pessoa desde do, do dia do preparo do solo até distribuição do que a gente pranto, até sai pa se comercializada essa anotação é que vale. (E2)

Mesmo o registro sendo feito manualmente, e por mais de um indivíduo, por vezes até três pessoas, exatamente para dirimir qualquer dúvida, as ocorrências de possíveis erros são bem pequenas e qualquer dúvida que possa existir é dissipada em assembleia:

[...] essas questões né, é claro que sempre aparece uma coisa ou outra né, até quando a gente foi fazê o calculo do feijão é uma das companheiras tinha ficado responsável por anota um dia né, e ai ela como ela tava anotando, ela esqueceu de escrever o próprio nome né (risos) e ai ela só foi percebê isso quando a gente foi fazê o calculo do total né das horas trabalhadas e quanto caberia pra cada um e ai também ela coloca, colocou né na assembleia pra todo mundo e ali a gente resolveu [...]. (E1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou investigar como se aplica o conceito de autogestão na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST. Entretanto, ressalta-se, primeiramente, que as considerações apresentadas estão, de certa forma, limitadas pela opção metodológica da observação participante e pelos instrumentos de pesquisa utilizados. A fim de comparar os resultados da pesquisa de campo com a revisão teórica previamente apresentada, optou-se por apontar as diferenças na gestão do assentamento em relação ao modelo de análise das organizações autogestionárias proposto e outros pressupostos teóricos inerentes à autogestão.

Após a investigação é possível afirmar que o conceito de autogestão se encontra inserido na forma de organizar o trabalho no assentamento. Fica evidente, que a comunidade se esforça para manter uma relação social e de trabalho coletivo, onde todas as vozes são ouvidas e todos têm os mesmos direitos e

responsabilidades. Ainda que existam alguns membros que se coloquem numa posição de individualidade e pouco ou nunca se envolvam com o trabalho coletivo o que requer dos coordenadores uma ação de convencimento destes indivíduos.

Ainda que as decisões sejam tomadas de forma democrática, permitindo que a população do assentamento participe diretamente dessas decisões, foi possível encontrar alguns membros que consideram suas posições ignoradas nas assembleias. Além disso, existem outros membros que não concordam com a forma de composição dos coletivos de produção de determinada cultura, preferindo, por exemplo, que para cada um desses coletivos seja formado um grupo de pessoas que cuidará desse coletivo do início ao fim, não permitindo a entrada de outros membros como acontece atualmente.

Quanto a remuneração do trabalhador(a) pelo trabalho realizado nos espaços coletivos, ela é feita de acordo com as horas trabalhadas individualmente ao final de cada coletivo de produção. Desta forma, este método requer certo controle das tarefas executadas, que é feito de forma manual. Mesmo sendo realizado manualmente, sem qualquer sistema eletrônico, ele transmite credibilidade e é aceito pela comunidade. A existência de alguma forma de monitoramento na gestão do assentamento tende a confirmar que, embora sua organização seja autogestionária, o controle se faz necessário, conforme define Faria (2013).

Outra questão importante observada é que, para a comunidade não existe a figura do líder, ou seja, o indivíduo que tem a prerrogativa de tomar decisões. Entretanto, as questões que tem relevância para a organização do assentamento são reportadas aos coordenadores de núcleo, que são fundamentais para consolidação de um modelo de organização social e de trabalho dentro do contexto de organização do assentamento.

No meu entendimento e com base nos fundamentos dos processos administrativos que abarca os conceitos de Planejar, Organizar, Liderar e

Controlar é possível perceber que estes coordenadores, pelas responsabilidades assumidas, são sim líderes, mesmo que a comunidade não os reconheça como tal, até mesmo em razão da ideologia do Movimento que é reproduzida no assentamento. Esta “ausência” de líder é uma característica da autogestão que é perfeitamente observado nas falas dos assentados(as), afirmando que as decisões são tomadas coletivamente.

É importante ressaltar que a “ausência” do líder, dentro das características da organização do assentamento, não proporciona nenhum tipo de desordem ou ações arbitrárias por parte dos assentados(as) e qualquer assentado(a) pode ser indicado para assumir uma coordenação dentro do assentamento uma vez que, todos os integrantes da comunidade recebem formação adequada para representar a comunidade, inclusive perante os órgãos públicos.

Há também entre os assentados(as), alguns que se queixam de falhas na comunicação, ou seja, na circulação das informações, como por exemplo, as decisões tomadas nas assembleias, mas que é compreensível, pois a queixa parte dos que não participam com frequência das assembleias e também pela falta de infraestrutura de telefonia no território, que dificulta sobremaneira a circulação da informação.

Esta investigação contribui para desvelar o discurso social democrata presente no espaço do assentamento, como sendo um local de emancipação do trabalhador rural, além da sua constante peleja pela reivindicação de políticas públicas que verdadeiramente lhes deem garantias de fixação e sua manutenção no campo. No entanto, este mesmo trabalhador que anseia por um espaço para viver e trabalhar, que pensa uma forma de produzir alimentos livres de agrotóxicos, para além de sua própria necessidade e bem estar, preocupa-se também com a qualidade de vida de toda sociedade, mesmo sendo marginalizado, precarizado, desassistido e demonizado pelo poder público e em certa medida pela própria sociedade.

Quando olhamos os dois cenários, ou seja, o primeiro está representado pelo embasamento teórico e sua aplicabilidade em um contexto organizacional, em que se encontram inseridas empresas minimamente estruturadas, tanto do ponto de vista físico e jurídico quanto do econômico e social e o segundo que retrata o objeto de pesquisa e seus limitadores, percebe-se claramente as diferenças na prática do conceito autogestionário. Enquanto o primeiro engloba principalmente empresas recuperadas a partir de uma perspectiva de falência que se metamorfoseiam em cooperativas de trabalhadores, a segunda, parte de uma perspectiva onde o trabalhador reunido em coletividade e introduzido no assentamento de reforma agrária, almeja sua emancipação por meio da renda gerada em seu espaço individual (onde as despesas para manutenção e produção e as receitas obtidas com a comercialização são exclusivamente de sua responsabilidade) e também através do trabalho coletivo nas áreas destinadas a esta atividade (onde as despesas para manutenção e produção e as receitas obtidas com a comercialização são destinadas a distribuição entre os que participam de determinada produção). Assim, este último tem seu território gerido por um estatuto, que prevê aos membros direitos e deveres aderentes a autogestão, mas que também permite um certo grau de liberdade considerando que o trabalhador tem como opção não participar das atividades coletivas.

Como sugestão para futuras pesquisas qualitativas com os assentados, apontamos a necessidade de investigação acerca do impacto que o trabalho e a convivência com situações de conflitos a que são submetidos possam provocar na saúde, tanto física quanto mental do trabalhador rural, partindo da premissa que mesmo após mais de dez anos da criação do assentamento, ainda hoje convivem com permanente tensão imposta pela possibilidade de despejo, tendo em vista o processo de reintegração de posse instaurado pelo antigo proprietário da fazenda, que está em tramitação na justiça.

Considerando que alguns assentados(as) recebem o bolsa família, conforme relatado por um dos entrevistados, também sugiro explorar o impacto que este

benefício pode exercer na condição de vida de quem tem esse direito e como ele pode interferir na relação com os que não recebem este benefício. Quais diferenças são percebidas entre os assentados(as) que têm e os que não têm o benefício? Existe algum tipo de discriminação entre os assentados(as)? A individualidade e o relacionamento com a comunidade sofrem alguma modificação em consequência do benefício recebido?

Afora isso, há necessidade de realização de estudos acerca da produção e distribuição dos alimentos que são gerados nos assentamentos, além de pesquisas com foco em políticas públicas voltada ao desenvolvimento de infraestrutura para eletrificação, saneamento básico, telecomunicação, serviços de saúde, rodovias e transporte público nos territórios de assentamentos.

Assim sendo, concluo que o trabalhador rural inserido no contexto de um assentamento ligado ao MST, detém o controle sobre a organização do território, seja na forma de organizar o trabalho, na determinação do que produzir, na distribuição de renda obtida pela produção e na organização social. Entretanto, mesmo vivendo precariamente, com pouco ou nenhum suporte do poder público, os assentados mantêm-se firme no seu propósito de permanecer no campo, pela satisfação de viver da terra e produzir alimentos livres de agrotóxicos. Se sentindo útil à sociedade, como diz um slogan da comunidade: “se o campo não planta a cidade não janta”. Eles participam de um organismo em que seus ideais são valorizados e suas propostas são discutidas democraticamente, onde o coletivo prevalece em detrimento do individual.

Em relação à ação judicial de despejo que, inicialmente previa que a desocupação da fazenda deveria acontecer em abril de 2020, o MST apresentou recurso na instância estadual garantindo um tempo maior de permanência dos assentados(as) no território e ainda cabem mais dois recursos em Brasília no Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

Almeida, Heloisa M. M. (1983). Autogestão: da ideia às práticas. *Revista de Administração de Empresas*, 23(1), 37-57.

Antunes, Ricardo L. C. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Bardin, Laurence (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola, & Pasquino, Gianfranco. (1998). *Dicionário de política*. Brasília: UnB.

Carvalho, Mariana C. (2012). *Autogestão, economia solidária e cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e empresas de autogestão*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil.

Cattani, Antonio D. (2003). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.

Chiariello, Caio L. (2012). *Politecnia e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.

Chiariello, Caio L. & Eid, Farid. (2013). A politecnia na formação para o trabalho associado em cooperativas populares. *Retratos de Assentamentos*, 16(2), 91-114.

Chiariello, Caio L. & Eid, Farid. (2013). A politecnia na dinâmica de gestão e execução do trabalho associado em cooperativas populares do MST. *Org & Demo*, 14(1), 49-70.

CONCRAB. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola*, 7, São Paulo: 1998.

Dornelles, Simone B. & Dellagnelo, Eloise H. L. (2003). Autogestão e racionalidade substantiva: a Bruscor – Ind. e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. – em análise. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Atibaia, RJ, Brasil, XXVII.

Farid, Eid & Neves, Márcia R. (1998). Organização do trabalho, tecnologia e programa de qualidade total na indústria sucroalcooleira paulista. *Estudos de Sociologia*, 3(4), 83-96.

Farid, Eid & Pimentel, Andréa E. B. (2001). Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. *Travessia*, 14(39), 15-20.

Faria, José H. (2017). Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(3), 629-650.

Faria, José H. (2013). Poder e controle nas organizações: a constituição do vínculo social comum. In Simone C. Fernandes & Eduarda B. F. Gomes. (Orgs.). *Tecnologias de gestão e subjetividades: por uma abordagem multidisciplinar v. 3* (pp. 157-190). Vitória: EDUFES.

Faria, José H. (2009). *Gestão participativa: Relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas.

Felipe, Fontana (2018). Técnicas de pesquisa. In Thiago Mazucato. (Org.) *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico* (pp. 59-77). Penápolis: FUNEPE.

Frasson, Cirilo G. & Costa, André L. (2005), Autogestão: um novo/velho modelo em administração. *Gestão & Regionalidade*, 21(62), 36-47.

Gil, Antonio C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Guillerm, Alain & Bourdet, Yvon (1976). *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar

Gutierrez, Luiz G. (1988) Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. *Revista de Administração de Empresas*, 28(2), 7-19.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária. *Relação de beneficiários da Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro - atualizado em 02/07/2019*. Recuperado em 22 julho, 2019 de: <http://portal.incra.gov.br/?q=/tree/info/file/17146>.

Lins, Lucicléia T. (2013). *Autogestão e utopia na práxis dos movimentos sociais*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Mandel, Ernest (1977). *Control obrero, consejos obreiros, autogestión*. México: Ediciones Era.

Mészáros, István (2010). *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo.

Motta, Fernando C. P. (1981). *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense.

Motta, Fernando C. P. & Bresser-Pereira, Luiz C. (1981). *Introdução à organização burocrática*. São Paulo: Brasiliense.

Nascimento, Claudio (2004). *Autogestão e o "novo cooperativismo"*. Brasília: TEM/Senaes.

Pinheiro, Daniel C. & Paula, Ana P. P. (2016). Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. *Desenvolvimento em Questão*, 14(33), 233-266.

Roubaquim, Antonio & Quintaes, Roberto A. (1972). Autogestão: alternativa socialista para o capitalismo. *Revista de Administração de Empresas*, 12(3), 96-99.

Rothschild-Whitt, Joyce (1979). The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. *American Sociological Review*, 44(4), 509-527.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia solidária. Publicado: quarta, 26 de agosto de 2015, 19h22. Recuperado em 14 de julho, 2019 de: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>.

Severino, Maico R. (2006). *Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.

Singer, Paul (2012). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Stedile, João P. (2012). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular.

Stedile, João P. & Fernandes, Bernardo M. (1999). *Brava Gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.

Strauss, Anselm & Corbin, Juliet (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.

Tauile, José R. (2002). Do socialismo de mercado à economia solidária. *Revista de Economia Contemporânea*, 6(1), 107-122.

Thiollent, Michel (2009). *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas.

Thomaz Júnior, Antonio (2008). A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In Bernardo M. Fernandes (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual* (pp. 275-302). São Paulo: Expressão Popular.

Vazzoler, Márcia R. (2004). *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.

AUTOGESTÃO DO TRABALHO NUM ASSENTAMENTO DO MST

Resumo

O artigo objetiva investigar a *práxis* da autogestão na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira/RJ. A investigação se fundamenta nas informações dos assentados desse espaço rural. A construção do *corpus* de pesquisa deu-se a partir de observação participante. Os dados foram coletados e registrados em caderno de campo e entrevistas semiestruturadas e interpretados a partir da análise de conteúdo categorial. Os resultados sugerem que a comunidade é gerida coletivamente de maneira que todas as questões de interesse do assentamento são discutidas em assembleias, com liberdade de manifestação dos membros. Como resultado temos uma comunidade gerida sem hierarquia com igualdade de direitos que em boa medida se assemelha à autogestão. Consideramos a pesquisa relevante por apresentar um cenário deslocado do enfoque comumente encontrado nos estudos organizacionais, tendo em vista desenvolver-se em um ambiente rural e principalmente em um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, modelo pioneiro para implantação de um assentamento.

Palavras-chave

Autogestão. Assentamento. MST. Organização do Trabalho. Observação participante.

AUTOGESTIÓN DEL TRABAJO EN UN ASENTAMIENTO DEL MST

Resumen

El artículo tiene como objetivo investigar la práctica de la autogestión en la organización del trabajo en el asentamiento Osvaldo de Oliveira, en Río de Janeiro. La investigación se basa en la información de los pobladores de este espacio rural. La construcción del corpus de investigación se basó en la observación de los participantes. Los datos se recogieron y registraron en un cuaderno de campo y en entrevistas semiestructuradas y se interpretaron a partir del análisis de contenido categórico. Los resultados sugieren que la comunidad se gestiona de forma colectiva, de manera que todos los temas de interés para el asentamiento se discuten en asambleas, con libertad de expresión de los miembros. El resultado es una comunidad gestionada sin jerarquías y con igualdad de derechos, que se asemeja en gran medida a la autogestión. Consideramos que la investigación es relevante porque presenta un escenario diferente al enfoque comúnmente encontrado en los estudios organizacionales, en vista de ser desarrollado en un ambiente rural y especialmente en un Proyecto de Desarrollo Sostenible, un modelo pionero para la implementación de un asentamiento.

Palabras clave

Autogestión. Asentamiento. MST. Organización del trabajo. Observación participante.

SELF-MANAGEMENT OF WORK IN A MST SETTLEMENT

Abstract

The article aims to investigate the practice of self-management in the organization of work in the Osvaldo de Oliveira settlement in Rio de Janeiro. The investigation is based on information from the settlers of this rural space. The construction of the research corpus was based on participant observation. Data were collected and registered in a field notebook and semi-structured interviews, and interpreted based on categorical content analysis. The results suggest that the community is collectively managed in such a way that all issues of interest to the settlement are discussed in assemblies, with freedom of expression for the members. As a result, we have a community that is managed without hierarchy, with equal rights, which in good measure resembles self-management. We consider the research to be relevant because it presents a scenario that is different from the approach commonly found in organizational studies, considering that it was developed in a rural environment and mainly in a Sustainable Development Project, a pioneer model for the implementation of a settlement.

Keywords

Self-management. Settlement. MST. Organization of Work. Participant Observation.

CONTRIBUIÇÃO

Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano

O autor declara ter contribuição principal nas etapas de financiamento, concepção, teorização, coleta de dados, análise e conclusão.

Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

O autor declara ter contribuição secundária nas etapas de financiamento, concepção, teorização, coleta de dados, análise e conclusão.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Os autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que viabilizou a realização do estudo a partir do qual os dados desta contribuição foram obtidos.

COMO CITAR

Caetano, Gilcimar F. C. & Wanderley, Sergio E. P. V. (2022). Autogestão do trabalho num assentamento do MST. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(24), 13-59.